

## DOSSIÊ TURISMO ACESSÍVEL

**O COMPROMISSO DE ACESSIBILIDADE NO PLANEJAMENTO DE DESTINOS TURÍSTICOS SUSTENTÁVEIS E RESPONSÁVEIS: UM ENSAIO TEÓRICO-CONCEITUAL***Donária Coelho Duarte<sup>1</sup>**Suellen Alice Lamas<sup>2</sup>*

**Resumo:** O debate sobre planejamento do turismo a partir dos compromissos de acessibilidade, sustentabilidade e responsabilidade social está assentado no cenário contemporâneo. A literatura os reconhece como conceitos intercambiáveis e considera, notadamente, as propostas de sustentabilidade e responsabilidade social como paradigmas correntes que orientam a leitura do turismo e devem ser conduzidas pela via da inclusão social. Embora apresentem princípios comuns baseados em uma perspectiva ética e cidadã, tais conceitos são discutidos de forma dissociada com práticas, muitas vezes excludentes, que ferem os próprios princípios que os regem. A partir desses fatos, tem-se como premissa que os qualificadores “sustentável” e “responsável” não deveriam ser empregados a um destino onde não há preocupação com a inclusão social de pessoas com deficiência, sejam elas turistas ou moradores. Desta feita, tem-se como dimensão mais ampla pretendida com a pesquisa discutir como o compromisso de acessibilidade deve ser abordado no planejamento de destinos que pretendem desenvolver a prática turística sob os ideais de sustentabilidade e responsabilidade social. Este artigo, elaborado, fundamentalmente, por meio de pesquisa bibliográfica, caracteriza-se por sua natureza reflexiva, interpretativa e crítica, como um ensaio teórico-conceitual. Devido à falta de estudos dessa inter-relação paradigmática que constitui uma lacuna na literatura, os resultados desta pesquisa visam contribuir para a formação de um arcabouço teórico-conceitual que fundamente novas investigações (contribuições acadêmicas) e oriente ações mais estruturadas por parte de gestores públicos e privados do turismo (contribuições gerenciais).

**Palavras-chave:** Acessibilidade; Planejamento; Turismo Sustentável; Turismo Responsável; Ensaio Teórico-conceitual.

**THE COMMITMENT TO ACCESSIBILITY IN THE PLANNING OF SUSTAINABLE AND RESPONSIBLE TOURIST DESTINATIONS: A CONCEPTUAL THEORETICAL ESSAY**

**Abstract:** The debate on tourism planning based on the commitments of accessibility, sustainability and social responsibility is based on the contemporary scenario. The literature recognizes them as interchangeable concepts and considers, notably, the proposals of sustainability and social responsibility as current paradigms that guide the reading of tourism and they must be conducted along the path of social inclusion. Although they present common principles based on an ethical and citizen perspective, such concepts are discussed in a dissociated way with practices, often exclusionary, that violate the very principles that govern them. Based on these facts, it is premised that the qualifiers "sustainable" and "responsible" should not be used in a destination where there is no concern for the social inclusion of people with disabilities, whether they are tourists or residents. Thus, the broader dimension intended with the research is to discuss how the commitment to accessibility should be addressed in the planning of destinations that intend to develop the tourist practice under the ideals of sustainability and social responsibility. This article, prepared mainly through bibliographical

---

<sup>1</sup> Graduada em Ciências da Administração pela Universidade Federal de Santa Catarina, mestrado e doutorado em Engenharia de Produção pela Universidade Federal de Santa Catarina sobre o tema turismo acessível. Professora Associada da Universidade de Brasília de Gestão de Agronegócios UnB - Unidade Planaltina e no Centro de Excelência em Turismo (CET). É membro do Laboratório de Estudos de Turismo e Sustentabilidade do Centro de Desenvolvimento Sustentável (Lets/UnB). Área de atuação: turismo acessível, turismo responsável, gênero e turismo rural.

<sup>2</sup> Doutora em Turismo pela Universidade Federal do Rio Grande do Norte (2021). Mestra em Ciência Ambiental pela Universidade Federal Fluminense (2012). Especialista em Análise Ambiental (2008) pela Universidade Federal de Juiz de Fora e Bacharel em Turismo (2006) nesta mesma instituição. Professora do Curso Superior de Tecnologia em Gestão de Turismo do CEFET/RJ.

## DOSSIÊ TURISMO ACESSÍVEL

research, is characterized by its reflective, interpretative, and critical nature, as a theoretical-conceptual essay. Due to the lack of studies of this paradigmatic interrelationship that constitutes a gap in the literature, the results of this research aim to contribute to the formation of a theoretical-conceptual framework that supports new investigations (academic contributions) and guides more structured actions by public and private tourism managers (managerial contributions).

**Keywords:** Accessibility; Planning; Sustainable Tourism; Responsible Tourism; Conceptual Theoretical Essay.

## Introdução

Os termos acessibilidade, sustentabilidade e responsabilidade nunca foram tão utilizados no contexto do turismo como nos dias de hoje. Ações nesse sentido são demandadas para uma sociedade mais justa, que prime não somente pela preservação da natureza, mas que considere uma maior justiça social.

Nesse contexto, verifica-se uma congruência entre a noção de turismo sustentável e turismo responsável, na medida em que ambas se baseiam em três pilares: ambiental (preocupação com o gerenciamento no uso e impacto nos recursos naturais, educação e informação ambiental, na construção de fortes parcerias); social (preservação cultural e patrimonial, envolvimento da comunidade, melhoramento dos serviços e infraestrutura, melhoramento da qualidade de vida); e econômico (aumento da empregabilidade do setor, lucratividade do negócio, entre outros); e devem ocorrer simultaneamente e não de maneira dissociada (NASCIMENTO; LANZARINI, 2023).

Verifica-se com frequência a utilização dos termos “sustentabilidade” e “responsabilidade” em planos e políticas públicas para a gestão dos espaços turísticos, mas nem sempre se vê a aplicabilidade deles no gerenciamento de destinos. Verifica-se, ainda, que quando se aborda a questão do turismo sustentável ou responsável, em ambos os casos, mesmo quando se considera a dimensão social, deixa-se em segundo plano a inclusão de pessoas com deficiência, quando, na verdade, isso deveria ser um pressuposto na medida em que a preocupação com a comunidade local e com o turista deveria abranger também as pessoas com deficiência (LAMAS, 2021).

Da mesma forma, no âmbito do turismo, em linhas gerais, quando há uma preocupação com a inclusão dessas pessoas no setor, a ênfase primeiramente recai sobre os turistas com deficiência e pouco se fala sobre a empregabilidade das pessoas com deficiência no trade turístico. Mesmo a legislação atuando a favor para uma maior empregabilidade, de

## DOSSIÊ TURISMO ACESSÍVEL

fato, há ainda um longo caminho a ser percorrido para que as pessoas com deficiência tenham os seus direitos garantidos no que se refere ao seu espaço social.

A partir desse objeto focal, a presente pesquisa tem como premissa que um espaço não deveria ser considerado um destino turístico sustentável e/ou responsável se não atende aos requisitos mínimos de inclusão de pessoas com deficiência, sejam elas turistas ou moradores locais. Mas como aplicar tal premissa como forma alternativa de se pensar o planejamento e a gestão de destinos turísticos? Com base nesse questionamento, tem-se como objetivo central dessa investigação discutir como o compromisso de acessibilidade deve ser abordado no planejamento de destinos que pretendem desenvolver a prática turística sob os ideais de sustentabilidade e responsabilidade social.

Devido à falta de estudos dessa inter-relação paradigmática, bem como diante da possibilidade de se gerar novas ideias e formas de olhar para um fenômeno mesmo que ele seja reiteradamente examinado (ROCCO; PLAKHOTNIK; SILBERMAN, 2022), os resultados desta pesquisa visam contribuir para a formação de um arcabouço teórico-conceitual que fundamente novas investigações (contribuições acadêmicas) e/ou oriente ações mais estruturadas por parte de gestores públicos e privados (contribuições gerenciais).

De forma diferente das abordagens tradicionais que enfatizam o pilar ambiental nas discussões sobre turismo sustentável e responsável, faz-se, na presente pesquisa, um enquadramento maior no pilar social, na medida em que se busca um melhoramento dos serviços e na infraestrutura local, no envolvimento da comunidade e no melhoramento da qualidade de vida; assim, todos esses aspectos deveriam pressupor a inclusão das pessoas com deficiência, sejam essas moradores ou visitantes.

Da mesma forma, defende-se um olhar atento ao pilar econômico, já que o aumento da empregabilidade no setor turístico também deveria incluir o emprego de pessoas com deficiência, incrementando o envolvimento dessas pessoas na área. Desse modo, as pessoas com deficiência se sentiriam, de fato, incluídas ao perceberem que o turismo também poderia ser benéfico a elas, seja no usufruto dos serviços acessíveis, seja por meio da empregabilidade, ambos ocasionando a inclusão social, pois se sentiriam ativas por meio das atividades relacionadas à área.

A presente investigação caracteriza-se, por sua natureza reflexiva, interpretativa e crítica, como um ensaio teórico-conceitual, elaborada, fundamentalmente, por meio de pesquisa bibliográfica, com abordagem qualitativa e caráter descritivo quanto ao levantamento e análise dos dados, que busca discutir as relações entre acessibilidade,

## DOSSIÊ TURISMO ACESSÍVEL

sustentabilidade e responsabilidade enquanto paradigmas que orientam a leitura do turismo contemporâneo.

O levantamento bibliográfico iniciou-se por meio de pesquisas realizadas em revistas nacionais de turismo, selecionadas, em outubro de 2024, a partir da classificação nos estratos A3 e A4 do sistema de avaliação Qualis/Capes Quadriênio 2017-2020, tendo como *strings* de busca “turismo acessível”, “turismo sustentável”, “turismo responsável” e “pessoa com deficiência”, e atendendo ao recorte de publicação de 2019-2024. As revistas consideradas foram: Revista Brasileira de Pesquisa em Turismo (RBTUR), Turismo: Visão e Ação (TVA), Anais Brasileiros de Estudos Turísticos (ABET), Caderno Virtual de Turismo (CVT), Revista Hospitalidade (RevHosp), PODIUM Sport, Leisure and Tourism Review, Revista Turismo em Análise (RTA) e Revista de Turismo Contemporâneo (RTC), totalizando-se 53 artigos no portfólio bibliográfico inicial. Optou-se por também considerar as Referências Bibliográficas desses materiais selecionados, o que permitiu apurar obras e autores de anos e idiomas para além dos mapeados inicialmente, desde que relevantes para a fundamentação teórica dessa investigação. Tal abordagem metodológica foi empregada na tese de Lamas (2021). Inclui-se ainda no levantamento bibliográfico deste estudo a pesquisa documental realizada a partir de um quadro normativo, particularmente, sobre acessibilidade.

Além dessas ferramentas de busca, foram contactados profissionais/autores que aliam o compromisso de sustentabilidade e/ou responsabilidade com a acessibilidade no turismo em suas pesquisas. Por fim, contactou-se o Ministério do Turismo, por meio da Coordenação Geral de Turismo Responsável, com o objetivo de investigar se o órgão tem aliado essas temáticas nos materiais que disponibiliza.

O presente artigo está organizado em cinco seções: para além desta Introdução, polo epistemológico da investigação, seguem-se duas seções nas quais se apresentam a base teórica do artigo com a discussão dos temas centrais – primeiramente, a prática turística é discutida à luz de novos paradigmas de viagem –; na sequência, defende-se a aplicação dos compromissos de acessibilidade no contexto do turismo sustentável e responsável; para então, nos resultados, por meio de uma análise crítica e propositiva, abordar a noção de acessibilidade como ferramenta para o planejamento do turismo sustentável e responsável nos destinos; por fim, considerações finais sobre toda essa argumentação são tecidas, juntamente com a apresentação das limitações da pesquisa e sugestões de trabalhos futuros.

## DOSSIÊ TURISMO ACESSÍVEL

**Turismo sob a perspectiva da acessibilidade, sustentabilidade e responsabilidade social**

O turismo pode ser compreendido como um fenômeno social que, à luz das ciências sociais aplicadas, tem como sujeito de investigação o ser humano. Ademais, enquanto prática social, o turismo consegue impactar (e ser impactado) na relação sociedade e natureza podendo se caracterizar como uma via para a inclusão (ou exclusão) social. Desse modo, seguindo a práxis vigente em determinadas épocas cujo objetivo é transformar a realidade social, o turismo vale-se dos paradigmas correntes que norteiam pensamentos e ações, servindo de modelos para os sistemas sociais, como o é o sistema turístico (ROSSATO, 2008; LOHMANN; PANOSSO NETTO, 2016).

À vista disso, as ideias de acessibilidade, sustentabilidade e responsabilidade apresentam-se como paradigmas que orientam a leitura do turismo contemporâneo de forma individualizada, mas que deveria ser interseccionada.

O debate sobre acessibilidade no turismo emerge na década de 1970 no contexto social em que pessoas com deficiência, ao compreenderem a sua plena participação como um direito civil, conseguiram remodelar, com o movimento ativista, os serviços públicos (educação, transporte, emprego) com reflexos também nas áreas de turismo e lazer e seus espaços que não levavam em conta as necessidades dessas pessoas (DARCY; BUHALIS, 2011). Esteve, portanto, relacionado inicialmente aos transportes na década de 1970 e, com igualdade conjuntural, no Brasil, na década de 1980 (LAMAS, 2024).

O termo turismo acessível foi registrado pela primeira vez na literatura no relatório “Turismo para Todos” (*Tourism for All*), em 1989, o qual recomendava que o setor de turismo da Grã-Bretanha tornasse acessível a oferta turística para todos os clientes, levando em consideração suas expectativas e necessidades, independentemente de sua condição – deficiência, idade, situação financeira ou familiar (SILVEIRO; EUSÉBIO; TEIXEIRA, 2020; EUROPEAN NETWORK FOR ACCESSIBLE TOURISM – ENAT, 2019).

Sobre o conceito propriamente dito, elegeu-se na presente pesquisa, a interpretação institucional no contexto brasileiro a qual define turismo acessível como a forma de se pensar e conduzir a prática turística a fim de garantir a possibilidade e a condição de acesso, com segurança e autonomia, e sem discriminações de quaisquer naturezas, a produtos e serviços turísticos; considerada uma vertente do turismo social que se funda igualmente nos princípios de equidade, solidariedade e cidadania na perspectiva da inclusão social (BRASIL, 2021).

A respeito do debate sobre sustentabilidade no turismo, para Torres-Delgado e Palomeque (2014), essa relação sempre existiu, mas só foi entendida quando instituições

## DOSSIÊ TURISMO ACESSÍVEL

oficiais de turismo colocaram o tema em pleito, inicialmente na dimensão ambiental. A orientação de se repensar a dinâmica do turismo pelo paradigma de desenvolvimento em bases sustentáveis emerge no contexto em que práticas alternativas de turismo ao modelo convencional eram discutidas em âmbito mundial, particularmente a partir da década de 1980. O termo turismo sustentável foi inscrito na literatura na década de 1990 na Agenda 21, embora essa proposta alternativa de turismo tenha surgido, em 1989, durante o Seminário sobre Turismo Alternativo da Organização Mundial do Turismo – OMT (KÖRÖSSY, 2008; PIRES, 2008).

Na definição clássica da OMT, turismo sustentável é a forma de se pensar e conduzir a prática turística a fim de se preservar os recursos naturais, históricos e culturais ao passo que mantém satisfeitos os turistas e a comunidade receptora que deve ser beneficiada social e economicamente (OMT, 1999).

As ideias de responsabilidade social, por sua vez, despontaram na década de 1980 com o aumento das pressões sobre as empresas para alterações nos aspectos econômicos, o que contribuiu para apoiar mudanças significativas e redefinir o papel dessas organizações. Tais ideias foram disseminadas no Brasil a partir da década de 1990, tornando-se parte das diretrizes de estratégias empresariais associadas às questões éticas e de qualidade de vida no trabalho, abordando questões ambientais, educacionais e de injustiças sociais, direcionadas a todos os públicos com os quais as empresas interagem. O conceito de responsabilidade social está diretamente relacionado ao de cidadania e ultrapassa obrigações legais e práticas filantrópicas empresariais (DE BENEDICTO, 2002).

No turismo, a gestão empresarial com as ideias de responsabilidade social, que culminou na proposta de turismo responsável, tem ganhado notoriedade, visto que este pode ser compreendido como uma alternativa de planejamento que considera princípios éticos e morais de forma eficiente para responder a problemas atuais que envolvam indagações em aspectos sociais, econômicos e ambientais de um determinado destino turístico e que proporcione melhorias na qualidade de vida dos residentes (NASCIMENTO; LANZARINI, 2023).

Para o Ministério do Turismo (MTur), turismo responsável, sob os princípios da sustentabilidade, se refere às práticas que envolvem todos os atores sociais relacionados ao turismo e todos os segmentos de mercado, empreendimentos, equipamentos, produtos e serviços a fim de minimizar os impactos sociais negativos e maximizar os positivos,

## DOSSIÊ TURISMO ACESSÍVEL

identificando, mensurando e monitorando os resultados alcançados por tais práticas (BRASIL, 2023).

Levando em consideração as relações anteriormente apresentadas do turismo com a sociedade e a natureza que configuram no desenvolvimento da prática turística sob os ideais de sustentabilidade e responsabilidade social, a seguir, será discutido de forma mais aprofundada o ponto focal deste estudo: a acessibilidade no contexto do turismo sustentável e responsável, inicialmente, numa perspectiva teórico-relacional e, posteriormente, mais gerencial.

**O compromisso de acessibilidade no contexto do turismo sustentável e responsável**

No que concerne ao compromisso de acessibilidade no contexto do turismo sustentável, os resultados do estudo de Liasidou e Fella (2022) indicam que sustentabilidade e acessibilidade são conceitos intercambiáveis. Para os autores, sustentabilidade é melhorar a experiência turística para todos os visitantes. Assim, as pessoas com deficiência são incentivadas a viajar para destinos com todas as facilidades que possam satisfazer suas necessidades. A educação turística para a inclusão e a acessibilidade é claramente necessária para mudar a mentalidade e concentrar-se no aspecto social do turismo (LIASIDOU; FELLA, 2022).

Em direção similar, Lamas (2021) apresenta a proposta conceitual de *sustentabilidade acessível* como o sentido de sustentabilidade que, a partir dos princípios de equidade, cidadania e direitos humanos, considera acessibilidade como dimensão própria do desenvolvimento do turismo em bases sustentáveis, com requisitos específicos. A autora apresenta ainda um instrumento metodológico denominado de Matriz Avaliativa de Sustentabilidade Acessível para Destinos Costeiros (MASA) cujo propósito é avaliar o nível de desenvolvimento de um destino litorâneo em bases sustentáveis a fim de se alcançar uma prática turística que seja, em simultâneo, sustentável e acessível. A MASA conta com 54 indicadores agrupados em cinco dimensões – sociocultural, econômica, ambiental, governança e acessibilidade – com constructos alinhados aos temas centrais discutidos mundialmente na área de desenvolvimento do turismo, mas pertinentes e aplicáveis ao contexto brasileiro.

Outra ferramenta voltada para auxiliar no alcance da proposta de sustentabilidade, refere-se a uma mandala apresentada e defendida por Tasso, Silva e Nascimento (2024). De acordo com os autores, a Mandala da Sustentabilidade no Turismo (MST) busca fomentar o

## DOSSIÊ TURISMO ACESSÍVEL

diálogo e a avaliação coletiva de oportunidade e problemas para a construção de caminhos sustentáveis; o instrumento contempla sete dimensões – ambiental, territorial, política, cultural, social, econômica e tecnológica – e foi concebido para orientar gestores do turismo.

Analisando a MST, constata-se que os compromissos de acessibilidade estão inseridos explicitamente em pelo menos três das sete dimensões: na dimensão social, por meio da “abertura de oportunidades para grupos socialmente excluídos”; na dimensão territorial, por meio da “acessibilidade nos pontos de visitação”; e na dimensão tecnológica, por meio do “desenvolvimento tecnológico para gestão e planejamento do destino”.

Depreende-se da análise das duas propostas metodológicas dos autores supracitados que há uma rela o intríseca entre sustentabilidade e acessibilidade, devendo ser tratado/investigado/abordado o segundo tema quando o primeiro   mencionado, seja ele um atrativo, um destino, um meio de hospedagem, restaurante, ou seja, os diversos prestadores de serviços turísticos.

Nessa mesma perspectiva, Liasidou e Fella (2022) consideram que, sem d vida, um destino sustentável deve ser acessível, uma vez que a base da sustentabilidade   o fornecimento de desenvolvimento turístico inclusivo. Os autores reputam ainda que destinos altamente dependentes do turismo carecem priorizar o turismo sustentável, cumprindo todos os requisitos para estabelecer os compromissos de acessibilidade e que as vozes dessas pessoas devem ser seriamente consideradas para fornecer as instala es necessárias em uma abordagem holística e acessível.

O documento “Transformando o Nosso Mundo: Agenda 2030 para o Desenvolvimento Sustentável” da Organiza o das Na es Unidas (ONU, 2015), assinado pelo Brasil em 2018, confirma a importância dos compromissos de acessibilidade principalmente nos objetivos (ODS) 10 e 11. No objetivo 10: “empoderar e promover a inclusão social, econ mica e política de todos, independentemente da idade, g nero, deficiência, raça,  tnia, origem, religião, condi o econ mica”; e no 11: “proporcionar o acesso universal a espaços públicos seguros, inclusivos, acessíveis e verdes, particularmente para as mulheres e crianças, pessoas idosas e pessoas com deficiência”. Tal realidade denota uma congruência com o principal objetivo do turismo responsável que   “criar, primeiramente, lugares melhores para as pessoas viverem e para as pessoas visitarem” (INTERNATIONAL CONFERENCE ON RESPONSIBLE TOURISM IN DESTINATIONS – RTD, 2002).

Em rela o especificamente ao compromisso de acessibilidade no contexto do turismo responsável, o primeiro documento a abordar o tema foi a Declara o da Cidade do Cabo



## DOSSIÊ TURISMO ACESSÍVEL

resultado da Conferência Internacional sobre Turismo Responsável em Destinos, em 2002, sendo reconhecido como um marco para o setor. Nesse documento é mencionado diretamente que os destinos “devem proporcionar acesso às pessoas com deficiência” (RTD, 2002).

Ademais, essa Conferência chamou a atenção de diversos atores – governos nacionais e locais, planejadores, gestores de negócios do turismo, turistas e comunidades locais – para "assumirem responsabilidades na busca da sustentabilidade do turismo, para criarem melhores lugares para as pessoas viverem e turistas visitarem" (RTD, 2002).

Analisando a proposição conceitual sobre turismo responsável apresentada anteriormente, constata-se a importância do destino primeiramente para o morador e num segundo momento, para o visitante. Tal fato perpassa questões de empregabilidade, uso de recursos de forma responsável, a valorização do patrimônio, a acessibilidade para moradores e visitantes – ponto focal deste artigo, entre outros.

Assim, percebe-se que essa Declaração reconhece que o encargo da realização de um turismo responsável é de todos, pois para que ele funcione é preciso que seja exercido pelos governos, comunidades, empresas e pelos consumidores. Além da participação de todos envolvidos com a área faz-se "necessário o uso de um portfólio de ferramentas, incluindo regulamentos, incentivos e estratégias participativas de diversos stakeholders. Campanhas de consumo e novas iniciativas de marketing também contribuem para mudanças no mercado” (GOODWIN, 2012, p.8).

No mesmo evento foi definido que Turismo Responsável é aquele que apresenta as seguintes características: i) minimiza os impactos negativos sociais, econômicos e ambientais; ii) gera mais benefícios econômicos para a população local e melhora o bem-estar das comunidades receptoras, aprimorando as condições de trabalho e o acesso ao mercado ocupacional; iii) envolve pessoal local nas decisões que afetam suas vidas e oportunidades; iv) traz contribuições positivas para a conservação do patrimônio natural e cultural, e para a manutenção da diversidade mundial; v) oferece experiências mais interessantes para os turistas por meio de conexões mais significativas com moradores do local, maior compreensão das questões culturais, sociais e ambientais; vi) oferece acesso a pessoas com deficiência; vii) é culturalmente sensível, estimulando o respeito entre turistas e anfitriões, fortalecendo a confiança e o orgulho locais (RTD, 2002).

Para Tecau et al. (2019), uma das muitas formas de responsabilidade no turismo reconhecido na referida Declaração é a oferta de experiências mais agradáveis para os turistas, o que pressupõe o acesso para pessoas com deficiência.

## DOSSIÊ TURISMO ACESSÍVEL

Seguindo a mesma linha, o Ministério do Turismo propôs a adoção do termo turismo responsável em uma abordagem ampla, abrangendo os seguintes temas: ética e responsabilidade social; proteção dos direitos de crianças e adolescentes no turismo; acessibilidade para pessoas com deficiência ou mobilidade reduzida; respeito às diferenças de gênero, geração, raça e etnia; respeito ao meio ambiente; e respeito à manutenção e valorização das culturas locais; maior participação das comunidades receptoras na definição das políticas de desenvolvimento do turismo e no acesso a esse mercado (BRASIL, 2019).

Para Sica et al. (2021), o turismo responsável fornece uma perspectiva específica por meio da qual se pode considerar como melhorar a sustentabilidade do turismo com a ambição de aumentar os impactos positivos do turismo convencional, enquanto reduz os negativos. Na visão dos autores, facilitar viagens para pessoas com deficiência representa uma oportunidade excepcional e a ideia de que o que é acessível a um viajante pode ser muito difícil de acesso a outro com um tipo diferente de deficiência, torna o turismo inclusivo uma parte relevante da agenda global do turismo responsável.

Analisando o documento do MTur (BRASIL, 2023) sobre turismo responsável no Brasil e após contato com a Coordenação Geral de Turismo Responsável que confirmou a informação, constata-se que turismo responsável e turismo acessível são considerados produtos distintos e não relacionados. Tal fato pode dificultar uma orientação congruente do tema acessibilidade implícito no contexto do turismo responsável para as Secretarias de Turismo dos Estados da confederação e, por consequência, impactar a prática de empresas do setor no país.

Cabe destacar que as propostas de turismo acessível, turismo sustentável e turismo responsável não são produtos formatados pela oferta turística, mas devem ser entendidos como formas de se planejar e gerir a prática turística independentemente dos tipos de turismo (segmentos de mercado) presentes nos destinos. Assim sendo, as pessoas não são motivadas a se deslocarem pelo produto “turismo acessível”, “turismo sustentável” ou “turismo responsável”, o modo como se dará a relação no destino dos atores sociais do turismo com a natureza e com a sociedade é que poderá qualificar o turismo com tais adjetivos.

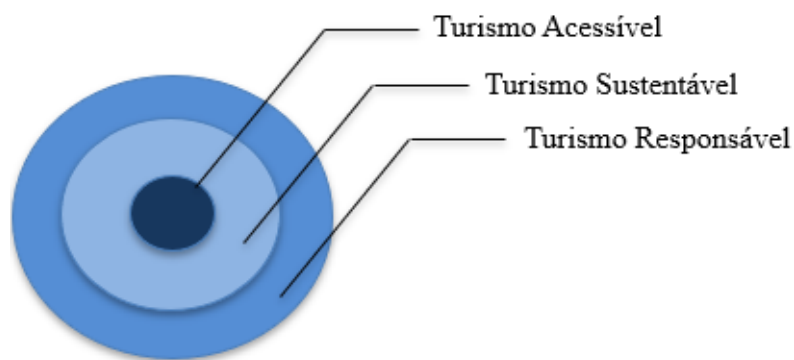
Nessa mesma direção, Tadioto e Campos (2021) desacordam com a construção de segmentos turísticos enquanto prática que remete a uma visão mercadológica do mercado turístico e que produz destinos para consumo de grupos de consumidores específicos (com perfil ideal), reduzindo os visitantes e o próprio destino a mero produto. Para os autores, os destinos turísticos precisam ser planejados para serem receptivos para todos, caso contrário, a

## DOSSIÊ TURISMO ACESSÍVEL

prática turística será segregativa e delimitada espacialmente, impossibilitando a coexistência de outros segmentos e subvalorizando a experiência turística.

Para representar e facilitar o entendimento da discussão sobre os princípios e congruências do turismo sustentável e turismo responsável enquanto paradigmas de viagens que devem ser orientados pela via da inclusão social, particularmente, pela noção de acessibilidade como ferramenta para o planejamento do turismo local, valeu-se da forma imagética de um círculo concêntrico (Figura 1) e das questões epistemológicas implicadas nele, a saber: pode ordenar, graduar e sequenciar as dimensões da realidade; compartilha o mesmo centro; materializa a forma como compreendemos o modo de ordenamento do mundo (KUHN; TOSO; CALLAI, 2021).

Figura 1 – Círculo concêntrico dos paradigmas de viagens



Fonte: autoria própria

Audiodescrição: imagem de um círculo concêntrico que consiste em três círculos (um dentro do outro) em diferentes tonalidades de azul. O círculo central, de tamanho pequeno e cor azul indigo representa o turismo acessível; ele está dentro do círculo medial de tamanho intermediário e cor azul bebê representando o turismo sustentável; que, por sua vez, está dentro do último círculo, de maior tamanho e cor azul celeste que representa o turismo responsável.

Desse modo, tal como pode ser observado no círculo concêntrico, defende-se que a noção de acessibilidade deva ser o centro comum estrutural dos paradigmas de viagens: turismo sustentável e turismo responsável. Em outras palavras, depende-se da forma imagética que para que o turismo seja considerado responsável deve se basear na noção de sustentabilidade que, por sua vez, deve se valer dos compromissos de acessibilidade.

A relação que se pretende estabelecer pela representação do círculo concêntrico perpassa pelo entendimento de que acessibilidade, sustentabilidade e responsabilidade são temas intrinsecamente relacionados entre si, e, portanto, não deveriam ser discutidos de maneira dissociada, visto que são atravessados, a partir de uma perspectiva ética e cidadã, por

## DOSSIÊ TURISMO ACESSÍVEL

princípios comuns, como: participação social, democracia, responsabilidade social, direitos humanos e inclusão social.

Esse tipo de abordagem epistemológica vem adquirindo espaço nas discussões sobre desenvolvimento turístico, em particular, naquelas que se contrapõem aos interesses puramente econômicos e técnicos, tal como propõem Sen (2000) e Pereira (2011), ou ainda, naquelas que se contrapõem a um estilo de desenvolvimento ecologicamente suicida, socialmente perverso, politicamente injusto, eticamente censurável e culturalmente alienado, tal como expressam Guimarães e Bezerra (2011).

Analisando as abordagens apresentadas anteriormente, infere-se que tanto o turismo responsável como o turismo sustentável apresentam como convergência o mesmo tripé, ambos preocupando-se com as vertentes ambiental, econômica e social. Entretanto, o turismo sustentável apresentaria uma visão mais ampla e a longo prazo, já o turismo responsável seria uma ferramenta para viabilizar o turismo sustentável por meio de ações mais operacionais, que englobariam medidas práticas para considerar um destino ou atrativo sustentável e responsável por meio de medidas efetivas que visem a inclusão das pessoas com deficiências na prática turística.

Quanto aos avanços na Política Nacional de Turismo (PNT) no que se refere a temática de acessibilidade, constata-se que houve uma busca inicial pelo mapeamento dos atrativos turísticos acessíveis no país, iniciativas inclusive com a participação de pessoas com deficiência na elaboração de materiais que contemplassem esse mapeamento inicial. Além disso, houve enfoque em orientações para uma sensibilização dos gestores quanto à importância desse mercado e por fim, a busca pela capacitação dos profissionais do setor. Entretanto, no Brasil a descontinuidade das políticas públicas no turismo e, por consequência, no turismo acessível, transformam as iniciativas do MTur em ações isoladas sem uma continuidade a longo prazo. Tal fato contribui para uma abordagem isolada da temática principal, na qual o turismo acessível deveria estar inserido, qual seja o turismo sustentável e responsável.

**Acessibilidade no planejamento de destinos turísticos sustentáveis e responsáveis**

À inclusão social de pessoas com deficiência com autonomia, segurança e conforto na prática turística dá-se o nome de acessibilidade no turismo. O turismo pode reforçar a exclusão social na medida em que não direciona seus produtos e serviços para pessoas com

## DOSSIÊ TURISMO ACESSÍVEL

deficiência ou, de forma oposta, impulsionar a inclusão social quando oferece meios para uma participação atividade dessas pessoas na sociedade (DUARTE; MORA, 2023).

Como pôde ser observado na fundamentação teórica, reconhece-se explicitamente a noção de acessibilidade como um dos requisitos para que se alcance um turismo sustentável e por extensão, um turismo responsável. Em outras palavras, para um destino ser considerado sustentável e/ou responsável, ele deve ser acessível para todas as pessoas, inclusive as com deficiência.

Corroborando tal argumento, Farkas, Raffay e Petykó (2022) ponderam que os princípios de sustentabilidade, operacionalizados por meio do turismo responsável, estão se tornando cada vez mais importantes na filosofia e na prática do turismo. Uma dimensão disso é a oferta de acessibilidade nos destinos. Os resultados da pesquisa realizada pelos autores fazem concluir que sustentabilidade e acessibilidade são conceitos relacionados à ciência do turismo.

Para Gillovic e McIntosh (2020), os objetivos centrais para o desenvolvimento sustentável é o princípio da inclusão social e desenvolvimento, portanto, só serão inclusivos quando os referidos indivíduos e grupos forem capacitados e fazerem com que suas vozes sejam ouvidas. Os autores defendem a existência de abordagens colaborativas que devam ser incorporadas nas prioridades e processos da indústria para a mudança social. Esses elementos são importantes para serem avaliados seriamente sobre como se pode passar de uma mentalidade incapacitante e excludente para uma mentalidade facilitadora que gere inclusão e, por extensão, resultados mais sustentáveis.

Na mesma linha, Gabrielli (2017) pondera que um planejamento que vise um turismo realmente responsável, deve prever ações de discussão sobre a participação de pessoas de classes sociais menos favorecidas, políticas de inclusão étnico racial e de gênero, prever a acessibilidade de pessoas com deficiências (as mais variadas) tanto como consumidores, quanto como produtores da oferta turística. Desse modo, a atividade poderá chegar a patamares mais próximos de sua potencialidade cultural, social e mercadológica, pois a inclusão de mais produtores e consumidores abre possibilidades para expandir as relações socioculturais e de se atender, e mesmo criar, novos nichos de mercado para um setor que tem que se reinventar continuamente.

Entende-se como planejamento do espaço turístico, conforme Fratucci e Moraes (2020), o propósito de realizar intervenções e ordenação no território, sendo estas realizadas

## DOSSIÊ TURISMO ACESSÍVEL

por equipes multidisciplinares de agentes sociais que se apropriam do espaço turístico e cujos objetivos visam o desenvolvimento econômico, social, cultural e ambiental local.

A partir dessa contextualização, verifica-se que um significativo aparato teórico sustenta a noção de acessibilidade no planejamento de destinos turísticos sustentáveis e responsáveis. Entretanto, o questionamento que se faz é: como transformar tal discurso em ações efetivas que promovam, de fato, uma prática turística inclusiva para as pessoas com deficiência?

Uma ação precedente é ter em conta o atendimento a todos os princípios norteadores das condutas de sustentabilidade e responsabilidade social que incluem desempenho ambiental, social e econômico e, a partir dessa compreensão, transferi-las para a prática turística. Ao efeito negativo de maquiar um produto ou serviço com o discurso de sustentabilidade sem, entretanto, colocá-lo em prática ou mesmo para mascarar práticas incorretas que não o são socialmente responsáveis, dá-se o nome de *greenwashing* (MONTENEGRO, 2022).

Outro aspecto a ser atentado na aplicação dos compromissos de acessibilidade para que destinos turísticos sejam efetivamente sustentáveis e responsáveis é o entendimento conceitual de acessibilidade e suas dimensões.

Pelo aspecto normativo e legal, o Brasil está bem equiparado no que tange aos direitos das pessoas com deficiência em diversos aspectos sociais como saúde, educação, lazer, entre outros, o que indica uma sustentação existente para a aplicabilidade de ações inclusivas e democráticas pelos gestores públicos e privados do turismo (DUARTE, 2020).

Há se de denotar também a necessidade de planejamento e ações que não se limitem à acessibilidade arquitetônica (ausência de barreiras físicas), mas que tenham em vista a eliminação de outras barreiras para alcançar as respectivas acessibilidades, a saber: comportamentais entre pessoas (acessibilidade atitudinal); nos métodos e técnicas de lazer (acessibilidade metodológica); na comunicação entre pessoas (acessibilidade comunicacional); nas normas, decretos, regulamentações, leis e políticas públicas (acessibilidade programática); no uso de instrumentos, ferramentas, utensílios etc. (acessibilidade instrumental); nos entraves para o acolhimento, a geração de afeto e a sensação de pertencimento (acessibilidade emocional); nos espaços criados pela natureza (acessibilidade natural); nas experiências multissensoriais em museus e espaços culturais (acessibilidade estética); no meio digital – documentos digitais, sites e aplicativos

## DOSSIÊ TURISMO ACESSÍVEL

(acessibilidade tecnológica); entre outras (SASSAKI, 2010; 2014; DUARTE; COHEN, 2018; ALVES; MORAES, 2019).

As dimensões de acessibilidade, citadas anteriormente, podem orientar ações mais estruturadas por parte de gestores públicos e privados do turismo para alcançar um turismo que seja mais sustentável e responsável, para tanto, as características dos produtos e serviços turísticos ofertados no destino, bem como a diversidade de turistas e suas condições (tipos de deficiência) devem ser observadas.

Constata-se que pessoas com deficiência possuem necessidades distintas que devem ser atendidas pelos serviços turísticos disponibilizados. No Brasil, apesar de haver uma tentativa de padronização da acessibilidade por meio da orientação das normas da Associação Brasileira de Normas Técnicas (ABNT), na prática, nem todos os estabelecimentos seguem a norma vigente, o que ocasiona a falta de um padrão de acessibilidade. Além disso, a importância de direcionar para quais tipos de deficiências o estabelecimento está preparado para receber devem ser explicitamente divulgadas nos meios de comunicação utilizados.

A análise das ideias de acessibilidade aplicadas ao contexto das proposições de turismo sustentável e responsável, entretanto, devem pressupor a inclusão das pessoas com deficiência não somente como turistas, mas também no mercado de trabalho no turismo.

No estudo de Duarte (2020) é evidenciado que, apesar da Lei de Cotas (Lei nº 8.213/1991) atuar em favor da empregabilidade de pessoas com deficiência no mercado de trabalho no turismo, faz-se necessária uma quebra de paradigma para que se avance em mudanças efetivas de postura e atuação dos gestores, o que vai além do mero atendimento legal. Isso porque, segundo a autora, a motivação dessas pessoas, o preparo que elas têm (acesso ao ensino), o convívio com os colegas, as possibilidades de ascensão profissional são aspectos que também precisam ser observados. Somente com a eliminação de barreiras, tais como as discutidas anteriormente, é que as pessoas com deficiência poderão ser inseridas de forma plena no mercado de trabalho. E embora haja um reconhecimento que a empregabilidade de pessoas com deficiência possa trazer benefícios às empresas ao agregar valor a programas de responsabilidade social corporativa, para que os resultados venham de uma postura, de fato, responsável, a inserção dessas pessoas no mercado de trabalho deve ser incentivada e realizada por iniciativa dos gestores que reconhecem o espaço social do trabalho que deve ser ocupado por elas e não a faça de forma engessada e impositiva, por mero atendimento legal (DUARTE, 2020; MIETHLICH; OLDENBURG, 2019; MORAIS, 2017).

## DOSSIÊ TURISMO ACESSÍVEL

Quando isso, entretanto, acontece e as empresas contratam pessoas com deficiência apenas para atendimento de cotas, por força de lei, acaba havendo um distanciamento entre a imagem que se quer propagar de uma “empresa responsável” com as ações praticadas o que pode imputar a falta de cultura inclusiva dessas empresas e sinalizar a prática de ações discriminatórias denominadas de capacitismo institucional (GRUPO TALENTO INCLUIR, 2022). Em outras palavras, quando tais empresas agem dessa forma, ao invés de praticarem a inclusão, reforçam o preconceito à atuação dessas pessoas no setor e contribuem para a sua marginalização. Assim, considera-se que a inclusão das pessoas com deficiência ainda carece de um longo percurso a ser avançado para que, de fato, essas pessoas ocupem o seu devido espaço social nos serviços voltados ao turismo

**Considerações Finais**

O presente artigo busca discutir como o compromisso de acessibilidade deve ser abordado no planejamento de destinos que pretendem desenvolver a prática turística sob os ideais de sustentabilidade e responsabilidade social. Para tanto, valeu-se de duas seções que fundamentam os argumentos defendidos de que um destino só deveria ser considerado responsável e/ou sustentável se priorizar ações de acessibilidade para pessoas com deficiência, sejam essas moradoras ou visitantes, atendendo, obviamente, as normas vigentes de acessibilidade.

A literatura utilizada corrobora a negativa para a premissa apresentada de que um lugar não deveria ser considerado um destino turístico responsável e sustentável se não atende aos requisitos mínimos de inclusão das pessoas com deficiência, sejam elas turistas ou moradores locais, visto que, para os autores contemporâneos que discorrem sobre sustentabilidade e responsabilidade social parece ser um equívoco mencioná-las sem abordar a questão da acessibilidade. Faz-se necessário, portanto, que os gestores públicos e privados do turismo revejam seus planejamentos e, por conseguinte, suas ações, pois quando se propagam como responsáveis e sustentáveis, pressupõe que sejam também acessíveis.

Por meio de uma análise crítica e propositiva, os resultados buscam abordar a noção de acessibilidade como ferramenta para o planejamento do turismo sustentável e responsável nos destinos. Tal abordagem reflexiva pressupõe uma participação ativa, uma vez que no compartilhamento da compreensão dos temas abordados e defendidos nesta investigação há abertura para a concordância, discordância e/ou reformulação de proposições. De outro modo, o que se quer denotar é que este artigo se apresenta como um esforço exploratório para se



## DOSSIÊ TURISMO ACESSÍVEL

debater de maneira interconectada temas que são hodiernos e centrais na leitura do turismo contemporâneo; não findando a discussão, ao contrário, fazendo uma provocação a fim de estimular novos debates e o pensamento crítico acerca das responsabilidades dos gestores para a eliminação das diferentes barreiras à acessibilidade na prática turística.

Cabe salientar, por fim, nesse processo reflexivo, que a questão da empregabilidade de pessoas com deficiência é tema que carece de maiores discussões no contexto do planejamento do turismo para que os destinos se tornem sustentáveis e/ou responsáveis socialmente. Atentar para os fatores que impedem ou dificultam a inserção delas de forma plena no mercado de trabalho do turismo é respeitar a máxima de que “um destino só é bom para o turista, se for bom para o morador”. Nesse sentido, há espaço para outras pesquisas com essa abordagem.

**Referências**

- ALVES, C. A.; MORAES, M. Proposições não técnicas para uma acessibilidade estética em museus: Uma prática de acolhimento e cuidado. *Estudos e Pesquisas em Psicologia*. Rio de Janeiro, 19(2), 2019.
- BRASIL. Ministério do Turismo. *Plano Nacional de Turismo (2018-2022): mais emprego e renda para o Brasil*. Brasília, DF: Ministério do Turismo, 2019.
- BRASIL. Ministério do Turismo. *Turismo Acessível*. Brasília, DF: Ministério do Turismo, 2021.
- BRASIL. Ministério do Turismo. *Turismo Responsável no Brasil*/ Leilianne Michelle Trindade da Silva Barreto e Ricardo Lanzarini (coord.). Natal: SEDIS-UFRN; Brasília, DF: Ministério do Turismo, 2023.
- DARCY, S., BUHALIS, D. (2011). Conceptualising disability. In Buhalis, D., & Darcy, S. (Eds.). *Accessible tourism: Concepts and issues*. Bristol: Chanel View Publications, vol 45,21-44.
- DE BENEDICTO, S. C. *A Responsabilidade Social das Empresas: uma relação estreita com a educação*. Lavras, UFLA/DED. Monografia de Especialização em Educação. 199 p., 2002.
- DUARTE, D. C., MORA, M. L. A. (2023). Os desafios enfrentados por pessoas com Transtorno do Espectro Autista (TEA) para a prática turística. *Revista Brasileira De Pesquisa Em Turismo*, 17, 2788.
- DUARTE, D. C. O mercado de trabalho das pessoas com deficiência no turismo. *Turismo: Estudos & Práticas* (UERN), Mossoró/RN, v. 9 (Dossiê Temático 2), pp. 1-13, 2020.
- DUARTE, C. R. de S; COHEN, R. *Acessibilidade Emocional*. VII Encontro Nacional de Ergonomia do Ambiente Construído. vol. 4 num. 2, 2018.
- EUROPEAN NETWORK FOR ACCESSIBLE TOURISM – ENAT. *Introduction to Accessible Tourism. The Ability Advisor*. ENAT, 2019.
- FARKAS, J., RAFFAY, Z., PETYKÓ, C. A new approach to accessibility, disability and sustainability in Tourism – multidisciplinary and philosophical dimensions *Geo Journal of Tourism and Geosites*, 40(1), 2022, 319–326.
- FRATUCCI, A. C.; MORAES, C. C. de A. (2020). Inventário da oferta turística: reflexões teóricas para o planejamento e ordenamento do espaço turístico. *Caderno Virtual De Turismo*, 20(1). <https://doi.org/10.18472/cvt.20n1.2020.1783>.
- GABRIELLI, C. P. Turismo responsável: caminhos possíveis? *Revista de Turismo Contemporâneo – RTC*, Natal, v. 5, n. 1, p. 81-97, jan./jun, 2017.
- GILLOVIC, B.; MCINTOSH, A. Accessibility and Inclusive Tourism Development: Current State and Future Agenda. *Sustainability*, 12, 9722, 2020.
- GOODWIN, H. *Ten years of Responsible assessment*. In: GOODWIN, H.; FONT, X. (orgs.) *Progress in Responsible Tourism Vol 2(1)*. Wood Eaton, Oxford: Ed. Goodfellow Publishers Limited, 2012.

## DOSSIÊ TURISMO ACESSÍVEL

- GRUPO TALENTO INCLUIR. *Guia de Comunicação Inclusiva sobre Pessoas com Deficiência*: para jornalistas, publicitários, fotógrafos, produtores de conteúdo, equipes de comunicação e marketing. 2022. Disponível em: <https://conteudo.talentoincluir.com.br/guia-de-comunicacao>.
- GUIMARÃES, R. P.; BEZERRA, J. Novas questões ou velhos problemas: a posição do Brasil na agenda internacional do meio ambiente. In Ferreira, L. da C. (Org.), *A questão ambiental na América Latina: teoria social e interdisciplinaridade*. Editora da Unicamp, 2011.
- INTERNATIONAL CONFERENCE ON RESPONSIBLE TOURISM IN DESTINATIONS – RTD. *The Cape Town Declaration*, Cape Town, 2002.
- KÖRÖSSY, N. Do "turismo predatório" ao "turismo sustentável: uma revisão sobre a origem e a consolidação do discurso da sustentabilidade na atividade turística. *Caderno Virtual de Turismo*, 8(2), 56-68, 2008.
- KUHN, M.; TOSO, E. I.; CALLAI, H. C. O ensino da História e da Geografia: pressupostos psicológicos e pedagógicos dos círculos concêntrico *Revista Brasileira de Educação em Geografia*, Campinas, v. 11, n. 21, p. 05-26, jan./dez., 2021.
- LAMAS, S. A. As Mudanças no Contexto Histórico-social das Pessoas com Deficiência: do global ao nacional. *Revista Turismo em Análise*, São Paulo, Brasil, v. 34, p. 148–164, 2024.
- LAMAS, S. A. “Nada sobre nós, sem nós”: o debate sobre acessibilidade no contexto do desenvolvimento do turismo em bases sustentáveis em destinos costeiros. Tese (Doutorado) – Programa de Pós-Graduação em Turismo, Centro de Ciências Sociais, 367 f. 2021.
- LIASIDOU, S; FELLA, K. A sustainable destination is an accessible destination: examining the relationship as a remedy to seasonality. *Worldwide Hospitality and Tourism Themes*, vol. 14 no. 5, pp. 481-491, 2022.
- LOHMANN, G.; PANOSSO NETTO, A. *Tourism Theory: concepts, models and systems*. Griffith University, Australia, Panosso Netto, University São Paulo, Brazil. Wallingford, Oxfordshire, UK: CAB International, 2016.
- MIETHLICH, B.; LDENBURG, A. G. How Social Inclusion Promotes Sales: An Analysis of the Example of Employing People with Disabilities. *Journal of Marketing Research and Case Studies*, 2019.
- MONTENEGRO, J. F. Economia Verde: vetor para o desenvolvimento sustentável ou validação do Greenwashing? *Ius Gentium*. Curitiba, vol. 13, n. 2, p. 265-286, mai./ago. 2022.
- MORAIS, K. H. Mercado de trabalho e a pessoa com deficiência intelectual: entraves e oportunidades. *Revista Espacios*. vol. 38, n. 12, 2017.
- NASCIMENTO, F. G.; LANZARINI, R. Turismo responsável: contribuições para uma reflexão conceitual. *Revista Iberoamericana de Turismo*. Penedo, v13, n01, pp.62-82, 2023.
- ORGANIZAÇÃO DAS NAÇÕES UNIDAS – ONU. *Transformando Nosso Mundo: A Agenda 2030 para o Desenvolvimento Sustentável*. Traduzido pelo Centro de Informação das Nações Unidas para o Brasil (UNIC Rio). 2015.
- ORGANIZAÇÃO MUNDIAL DO TURISMO. *Guía para Administraciones Locales: Desarrollo Turístico Sostenible*, 1999.
- PEREIRA, V. S. *Desenvolvimento à escala humana: uma análise em São Tomé das Letras – MG*. [Tese de Doutorado, Universidade Federal de Lavras]. 2011.
- PIRES, P. dos S. *Dimensões do Ecoturismo*. Editora Senac, 2008.
- ROCCO, T. S., PLAKHOTNIK, M. S., SILBERMAN, D. Differentiating Between Conceptual and Theory Articles: Focus, Goals, and Approaches. *Human Resource Development Review*, 21(1), 113-140, 2022.
- ROSSATO, R. Práxis. In: STRECK, D. R.; REDIN, E.; ZITKOSKI, J. J. (org.). *Dicionário Paulo Freire*. Belo Horizonte: Autêntica, 2008.
- SASSAKI, R. K. *Inclusão: construindo uma sociedade para todos*. 8. ed. Rio de Janeiro: WVA, 2010.
- SASSAKI, R. K. *As sete dimensões da acessibilidade*. Texto apresentado em palestra ministrada na Câmara Técnica de Acessibilidade, da Secretaria Especial dos Direitos da Pessoa com Deficiência de Curitiba-PR, 2014.
- SEN, A. *Desenvolvimento como liberdade*. Tradução de Laura Teixeira Motta. Companhia das Letras, 2000.

## DOSSIÊ TURISMO ACESSÍVEL

- SICA, E.; SISTO, R.; BIANCHI, P.; CAPPELLETTI, G. Inclusivity and Responsible Tourism: Designing a Trademark for a National Park Area. *Sustainability*, 13, 13, 2021.
- SILVEIRO, A.; EUSÉBIO, C.; TEIXEIRA, L. Estarão as agências de viagens Portuguesas preparadas para satisfazer o mercado do turismo acessível? *Revista de Turismo & Desenvolvimento*, 33, 151-168, 2020.
- TADIOTO, M. V.; CAMPOS, L. J. de. ‘Coisas-A-Saber’ no Turismo: Reflexões sobre o Conceito de Segmentação. *Rosa dos Ventos*, vol. 13, núm. 04, 2021.
- TASSO, J. P. F.; SILVA, D. L. B.; NASCIMENTO, E. P. Mandala da Sustentabilidade no Turismo. *Mercador*, Fortaleza, v. 23, 2024.
- TECAU, A. S.; BRATUCU, G.; TESCAS, B.; CHITU, J. B.; CONSTANTIN, C. P.; FORIS, D. Responsible Tourism—Integrating Families with Disabled Children in Tourist Destinations. *Sustainability*, 11, 2019.
- TORRES-DELGADO, A.; PALOMEQUE, F. L. Measuring sustainable tourism at the municipal level. *Annals of Tourism Research*, 49, 122-137, 2014.